



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça

Reportagem de **O Estado de S. Paulo** informa que, passados os 20 anos da promulgação da Constituição Federal, o STF não encaminhou ao Congresso o anteprojeto de lei do novo Estatuto da Magistratura. Essa será a nova lei Orgânica para os juízes do País. No entanto, o assunto é discutido há muitos anos por integrantes do STF e políticos.

Para o assessor da presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Marcos Salles, apesar da demora, a entidade tem a esperança de que o estatuto seja aprovado neste ano. “É um processo complexo”. Ele também disse ao jornal que integrantes de diversas entidades estiveram em dezembro com o ministro do STF Ricardo Lewandowski, relator do anteprojeto do estatuto, que teria intenção de concluir rapidamente o texto.

Combate às drogas

Segundo levantamento feito pela **Folha de S. Paulo**, o número de operações especiais feitas pela Polícia Federal contra o comércio ilegal de drogas é maior do que contra a corrupção. O jornal revelou que ocorreram, entre 2006 e 2008, 107 operações para reprimir o comércio ilegal de drogas, contra 76 casos de combate à corrupção e fraudes em licitações. No entanto, no período entre 2003 a 2005, foram 32 operações contra corrupção e apenas 13 contra narcotraficantes.

Arrumando a casa

Luiz Fernando Corrêa, diretor-chefe da Polícia Federal, promoveu mudanças nos principais postos de comando da instituição. Levantamento no *Diário Oficial*, feito pela **Folha de S. Paulo**, mostra que só dois (de 27) superintendentes regionais, cargos mais altos nos estados, não foram substituídos após a mudança de direção da PF. Na diretoria, Corrêa trocou cargos-chave. O presidente da Federação dos Policiais Federais Marcos Wink diz que Corrêa fez o remanejamento para colocar delegados de sua confiança nos cargos de direção, o que é natural.

“No momento da transição ficou um clima que preocupou, como se houvesse um rompimento. Mas hoje tem vários ex-dirigentes da gestão Lacerda”, diz o presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Avelar. “É natural o diretor fazer trocas.”

Excesso de MPs

Segundo a **Folha de S. Paulo** o petista Tião Viana (AC), candidato do Planalto à presidência do Senado, em carta enviada ontem aos colegas, encampou as críticas ao excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo. Discutir como frear o “problema” foi um dos poucos compromissos concretos assumidos por Viana no documento, em que ele pede votos para a eleição marcada para 2 de fevereiro.

Insatisfação

Parlamentares agastados com o que consideram intromissão do Judiciário em assuntos políticos,



particularmente em 2008, preparam uma ofensiva contra os tribunais a ser desencadeada depois do recesso, de acordo com **O Estado de S. Paulo**. O ex-juiz federal e atual deputado Flávio Dino (PC do B-MA), por exemplo, vai apresentar proposta de emenda constitucional para fixar mandato com prazo determinado para os ministros do STF.

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) elabora projeto para obrigar a Justiça Eleitoral a julgar os processos envolvendo políticos no prazo máximo de oito meses. Ricardo Barros (PP-PR) espera que o novo presidente da Câmara, que será eleito no próximo dia 1º, crie um grupo de trabalho para tratar das questões do Judiciário que estão pendentes na Casa e propor uma solução. A insatisfação dos parlamentares também foi notícia no **Jornal do Commercio**.

Prestação de contas

Grandes empresas passarão a ser obrigadas a apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) mensalmente, segundo o **Valor Econômico**. A DCTF — uma das modalidades utilizadas pelo fisco para obter informações sobre o lançamento de créditos tributários e a forma usada pelos contribuintes para quitá-los — somente era exigida mensalmente das empresas com faturamento superior a R\$ 30 milhões ao ano ou que tenham mais de R\$ 3 milhões de débitos tributários declarados na própria DCTF. Agora, empresas que têm massa salarial igual ou superior a R\$ 9 milhões ou que tenham débitos declarados nas guias de recolhimento do FGTS e nas guias de informações à Previdência Social (GFIP) com valores superiores a R\$ 3 milhões também estão obrigadas a declarar a DCFT mensalmente — antes a obrigação de declarar era semestral.

Novo prazo

O Projeto de Lei 28, de 2003 — que prevê a redução de dez para cinco anos do prazo para clientes entrarem com ações de prestação de contas contra advogados — está em vias de entrar em vigor, é o que informa o **Valor Econômico**. Falta apenas a sanção presidencial da proposta, aprovada na semana passada pelo Senado Federal. A possível mudança, que altera o Estatuto da Advocacia, é bem-vista pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No topo do ranking

De acordo com a pesquisa da Direito GV, o artigo 150 do Código Tributário Nacional (CTN) — que trata do lançamento por homologação de tributo — é um dos dispositivos legais mais discutidos no STJ: apareceu em 1.214 recursos em 2008. Um dos motivos que leva o artigo 150 ao topo do ranking é que, em diversos julgados, os pesquisadores constataram que o dispositivo se contrapõe ao artigo 173 do próprio CTN, citado em 389 recursos, e que diz respeito ao prazo que a Fazenda tem para constituir o crédito tributário formalmente. As informações são do **Valor Econômico**.

Precatórios

A legitimidade das operações de compra e venda de precatórios está próxima de ser definida pela Corte Especial do STJ, segundo o **DCI**. O colegiado pode julgar, já em 2009, um processo em que se discute a legalidade da transferência dos títulos mesmo sem a concordância do poder público.

Date Created



06/01/2009